

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.419 - RS (2017/0285840-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : ANGELA MARIA SANTOS DA SILVA  
**ADVOGADO** : LOURENÇO GASPARIN E OUTRO(S) - RS047155  
**RECORRIDO** : LIBERTY SEGUROS S/A  
**ADVOGADOS** : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449  
MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI E OUTRO(S) -  
RS084074A  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**PROCURADORE** : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912  
S

VOLNIR CARDOSO ARAGAO - RS028906

**EMENTA**

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO.

1. Ação de cobrança de indenização securitária, decorrente de vícios de construção em imóvel financiado no âmbito do SFH.
2. À luz dos parâmetros da boa-fé objetiva e da proteção contratual do consumidor, conclui-se que os vícios estruturais de construção estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeitos devem se prolongar no tempo, mesmo após a extinção do contrato, para acobertar o sinistro concomitante à vigência deste, ainda que só se revele depois de sua conclusão (vício oculto).
3. Recurso especial conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por ANGELA MARIA SANTOS DA SILVA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ação:** de cobrança de indenização securitária, ajuizada pela recorrente, em face de LIBERTY SEGUROS S/A e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, decorrente de vícios de construção em imóvel financiado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pela

recorrente. Nas razões do acórdão, fundamentou-se que a cobertura do seguro perdura até a extinção do financiamento habitacional, pois, quitado o contrato, não mais existe qualquer vínculo com a seguradora, ou mesmo com o agente financeiro.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 6º, 39, 47 e 51 do CDC e 757 e 778 CC/02. Sustenta a abusividade de cláusulas contratuais e argumenta que a quitação do contrato de financiamento habitacional não acarreta a extinção do contrato de seguro.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da cobertura securitária**

O TRF 4ª da Região, ao decidir que o contrato de seguro habitacional se extingue com a extinção do contrato de mútuo, contrariou o entendimento do STJ no sentido de que, à luz dos parâmetros da boa-fé objetiva e da proteção contratual do consumidor, conclui-se que os vícios estruturais de construção estão acobertados pelo seguro habitacional, cujos efeitos devem se prolongar no tempo, mesmo após a extinção do contrato, para acobertar o sinistro concomitante à vigência deste, ainda que só se revele depois de sua conclusão (vício oculto). Nesse sentido: REsp 1.622.608/RS, 3ª Turma, DJe de 19/12/2018; REsp 1.717.112/RN, 3ª Turma, DJe de 11/10/2018 e AgInt no AREsp 21.332/SP, 4ª Turma, DJe de 30/10/2017.

Logo, o acórdão recorrido merece reforma.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para cassar o acórdão recorrido para cassar o acórdão e determinar que o Tribunal de origem prossiga no julgamento da

apelação, na esteira do devido processo legal, à luz da jurisprudência do STJ sobre a matéria.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

